

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE: PERSPECTIVAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS

Rafael Lourenço Donadeli, Karoline Sampaio Castôr, Luíza Genro Coutinho, Anannda Evellyn de Souza Gonçalves, Victoria Melo Costa, Fátima Valladares Bloch, Andressa Barbosa Melo, Ranchelane Maria Gomes Barreto Sales, Matheus Ribeiro Freitas Alves, Gabriel Rocha Pinon Teixeira de Araújo

### REVISÃO DE LITERATURA

#### RESUMO

O presente estudo visa analisar os desafios e oportunidades relacionados à promoção da equidade em saúde, com foco nas perspectivas para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções comunitárias. A metodologia adotada neste trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, envolvendo a busca, seleção e análise crítica de artigos científicos e documentos relevantes sobre o tema. Esta abordagem permite a integração de diferentes perspectivas e evidências, contribuindo para uma compreensão abrangente do assunto. As análises realizadas evidenciaram uma série de desafios enfrentados na promoção da equidade em saúde, incluindo questões estruturais, sociais e econômicas. No entanto, também foram identificadas diversas oportunidades para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções comunitárias eficazes, capazes de reduzir disparidades e promover o acesso equitativo aos serviços de saúde. Destaca-se a importância da colaboração entre diferentes atores, incluindo governos, organizações da sociedade civil e comunidades, para a implementação de medidas que garantam o direito à saúde para todos os cidadãos.

**Palavras-chave:** acesso, equidade, intervenções, políticas públicas, saúde.

# CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN PROMOTING HEALTH EQUITY: PERSPECTIVES FOR PUBLIC POLICIES AND COMMUNITY INTERVENTIONS

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the challenges and opportunities related to the promotion of health equity, focusing on the perspectives for the development of public policies and community interventions. The methodology adopted in this work consists of an integrative literature review, involving the search, selection and critical analysis of scientific articles and relevant documents on the topic. This approach allows for the integration of different perspectives and evidence, contributing to a comprehensive understanding of the subject. The analyzes carried out highlighted a series of challenges faced in promoting health equity, including structural, social and economic issues. However, several opportunities were also identified for the development of effective public policies and community interventions capable of reducing disparities and promoting equitable access to health services. The importance of collaboration between different actors, including governments, civil society organizations and communities, is highlighted to implement measures that guarantee the right to health for all citizens.

**Keywords:** access, equity, interventions, public policies, health.

**Dados da publicação:** Artigo publicado em Maio de 2024

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i1.25>

Autor correspondente: *Rafael Lourenço Donadeli*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## INTRODUÇÃO

A busca pela equidade em saúde é um princípio fundamental em todas as sociedades, refletindo a aspiração de garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo de saúde (Travassos, 2004). No entanto, apesar dos avanços significativos na medicina e na saúde pública, disparidades persistentes continuam a existir em todo o mundo, resultando em acesso desigual aos cuidados de saúde e resultados de saúde discrepantes entre diferentes grupos populacionais.

Os desafios enfrentados na promoção da equidade em saúde são multifacetados e complexos, influenciados por uma variedade de fatores sociais, econômicos e políticos. Esses desafios incluem disparidades de renda, educação, gênero, etnia, localização geográfica e acesso aos serviços de saúde (Paim, 2011). Além disso, determinantes sociais da saúde, como moradia inadequada, desemprego, falta de acesso a alimentos saudáveis e discriminação, desempenham um papel crucial na perpetuação das desigualdades em saúde.

No entanto, apesar dos desafios, também existem oportunidades significativas para promover a equidade em saúde por meio de políticas públicas e intervenções comunitárias. Estratégias baseadas em evidências, que abordam as causas subjacentes das desigualdades em saúde e priorizam populações marginalizadas e vulneráveis, têm o potencial de criar mudanças positivas e duradouras. Isso pode incluir a implementação de políticas de saúde universal, programas de intervenção precoce, melhoria do acesso a serviços de saúde culturalmente sensíveis e ações para reduzir as disparidades socioeconômicas.

Além disso, as intervenções comunitárias desempenham um papel vital na promoção da equidade em saúde, capacitando as comunidades para se tornarem agentes de mudança em sua própria saúde. Isso pode envolver a promoção da educação em saúde, o fortalecimento dos sistemas de apoio social, a criação de ambientes saudáveis e a defesa por políticas que abordem as necessidades específicas das comunidades.

Neste estudo, será explorado os desafios e oportunidades na promoção da

equidade em saúde, examinando perspectivas para políticas públicas e intervenções comunitárias. Ao fazê-lo, espera-se destacar a importância de abordar as desigualdades em saúde de maneira abrangente e colaborativa, visando criar um futuro mais justo e saudável para todos.

## METODOLOGIA

O presente estudo trata-se uma revisão integrativa com abordagem qualitativa, que segundo Ercole et al. (2014), a revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento.

E segundo Malhotra et al. (2005), o objetivo da pesquisa qualitativa é a obtenção da compreensão qualitativa do problema. A mostra é tomada por um número pequeno de casos. A coleta dos dados não é estruturada e sua análise não é estatística.

O estudo em questão utilizou-se de publicações acadêmicas e científicas que apresentassem em seus estudos, conteúdos de acordo com a temática escolhida, optando pelas publicações que evidenciassem maior relevância de acordo com os indicadores buscados. O tema o qual foi escolhido é relacionado aos desafios e oportunidades na promoção da equidade em saúde, perspectivas para políticas públicas e intervenções comunitárias.

Os critérios de inclusão utilizados foram:

- a) estudos que abordassem o tema escolhido;
- b) publicados em português ou inglês;
- c) artigos originais encontrados na íntegra disponíveis nas bases de dados;
- d) publicados no período de 2018 a 2024.

E como critérios de exclusão foram os seguintes:

- a) artigos que não apresentassem resumos na íntegra nas bases de dados selecionadas;

- b) que fossem publicações de anos anteriores ao recorte temporal;
- c) trabalhos repetidos;
- d) e em língua estrangeira e sem relação com o tema.

O levantamento bibliográfico considerou a pesquisa em materiais (artigos, livros e manuais) e bases de dados eletrônicas como a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a partir de descritores padronizados pelo DeCS.

Nas bases de dados selecionadas, foram encontrados um total de 23 artigos na pesquisa inicial, destes, 14 estudos foram selecionados seguindo os critérios de inclusão, logo após, foram selecionados 10 estudos a partir da leitura dos resumos e dos objetivos propostos, e apenas sete se enquadram nos critérios de inclusão e exclusão.

## RESULTADOS

Assegurar que todos tenham acesso justo e igualitário aos serviços de saúde é essencial para alcançar a universalidade na saúde. Isso significa que todos devem ter oportunidades iguais de usar os serviços de saúde, independentemente de sua posição na sociedade, gênero, etnia, idade ou situação financeira. Em outras palavras, garantir o direito à saúde como um bem público envolve garantir que todos tenham acesso e possam usar os serviços de saúde de forma justa e sem discriminação (Chagas, 2020).

De acordo com Vieira-da-Silva e Almeida Filho (2009), garantir acesso equitativo aos serviços de saúde significa que todos devem ter as mesmas oportunidades de obter os cuidados necessários para manter sua saúde, independentemente de fatores como renda, localização geográfica ou etnia. Isso implica que os serviços de saúde devem ser disponíveis, acessíveis, aceitáveis e de qualidade para todos.

No entanto, como apontado por Teixeira e Santos (2023), ainda existem desigualdades socioeconômicas e regionais que impactam significativamente o acesso e uso dos serviços de saúde. Muitas vezes, indivíduos de baixa renda que residem em áreas desfavorecidas enfrentam dificuldades para acessar serviços de saúde de

qualidade, enquanto aqueles com maior poder aquisitivo têm acesso mais fácil a serviços de saúde privados.

A questão das desigualdades sociais permaneceu como um referente empírico fundamental para a elaboração e implementação de políticas públicas, tanto políticas mais amplas de “combate à pobreza”, que impactaram as condições de vida e saúde da população, quanto políticas elaboradas e implementadas no âmbito do SUS, ou seja, políticas e estratégias voltadas para garantir a universalidade do acesso a ações e serviços de saúde, e políticas específicas voltadas à promoção da equidade em saúde, na medida em que tomam como população-alvo, grupos portadores de necessidades especiais e/ou grupos vulnerabilizados em função de suas condições de vida, trabalho, educação, habitação etc (Teixeira; Santos, p. 51, 2023).

As desigualdades no acesso e uso dos serviços de saúde são impulsionadas por várias razões, incluindo a falta de investimento adequado no setor (Malta, 2019). Em muitos países, como no Brasil, o financiamento da saúde é insuficiente para garantir serviços de qualidade para todos, resultando em uma distribuição desigual de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), com áreas urbanas recebendo mais atenção em detrimento das áreas rurais (Santos, 2018).

Além disso, a discriminação desempenha um papel significativo na desigualdade de acesso aos serviços de saúde. Grupos marginalizados, como minorias étnicas, pessoas LGBTQ+ e pessoas com deficiência, frequentemente enfrentam discriminação ao buscar atendimento de saúde (Coelho, 2022). Essa discriminação pode levar a um acesso inadequado aos serviços de saúde e a tratamento desigual.

Para garantir a universalização da saúde e a equidade no acesso aos serviços de saúde, é essencial que os governos se comprometam com um forte investimento no setor e garantam uma distribuição equitativa de recursos para a saúde (Schraiber et al, 2019). Isso é fundamental para reduzir as disparidades no acesso aos cuidados de saúde e garantir que todos tenham acesso a serviços de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou status social.

Durante seus 35 anos de existência, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem se esforçado para avançar nas dimensões de acesso e equidade para toda a população brasileira. Medidas como a ampliação dos serviços de saúde em áreas carentes e a

implementação de programas específicos para grupos vulneráveis têm sido adotadas (André, 2022). Em algumas regiões do país, mesmo com baixa renda e alta vulnerabilidade social, houve investimentos em saúde que resultaram em uma maior oferta de serviços pelo SUS, como é o caso do Piauí, Maranhão e Ceará.

No entanto, ainda se enfrenta desafios como a redução das desigualdades regionais e sociais no acesso aos serviços e a melhoria na qualidade desses serviços. É essencial que o acesso equitativo seja garantido pelo SUS, o que demanda investimento em políticas públicas e estratégias para promover a equidade em saúde.

A expansão da cobertura pela Atenção Primária à Saúde (APS) tem contribuído para maior acesso aos serviços de saúde, mas é crucial investir na melhoria da qualidade da APS. Isso envolve o uso de tecnologias atualizadas, capacitação e valorização dos profissionais de saúde, boa gestão de recursos e participação da comunidade no controle social (Malta, 2019).

De acordo com Celuppi (2023) o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), pilar da APS no Brasil, é essencial para uma maior proximidade entre profissionais de saúde e a população, levando a uma maior resolutividade e efetividade dos cuidados de saúde. Isso requer investimentos em capacitação, ampliação da cobertura e infraestrutura das unidades de saúde.

O subfinanciamento do SUS é um problema que afeta a qualidade e eficiência do sistema de saúde brasileiro. Para superar isso, é necessário aumentar o investimento público em saúde, melhorar a gestão de recursos e buscar parcerias externas (Chagas, 2020).

As políticas públicas e intervenções comunitárias desempenham um papel fundamental na promoção da equidade em saúde e no acesso igualitário aos serviços de saúde. Uma das principais razões para sua importância é a redução das desigualdades em saúde. Essas medidas visam abordar disparidades socioeconômicas, geográficas e étnicas que influenciam o acesso e a utilização dos serviços de saúde. Ao direcionar recursos para as populações mais vulneráveis e marginalizadas, essas políticas e intervenções contribuem significativamente para garantir que todos tenham acesso aos cuidados de saúde de que necessitam.

Além disso, as políticas públicas e intervenções comunitárias são essenciais para

promover a saúde e prevenir doenças (André, 2022). Elas abordam os determinantes sociais da saúde, como moradia, educação, emprego e meio ambiente, por meio de programas de educação em saúde, campanhas de vacinação, iniciativas de promoção de estilos de vida saudáveis e acesso a alimentos nutritivos. Essas ações não apenas previnem doenças, mas também promovem a saúde e o bem-estar das comunidades.

O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) é outra área crucial onde as políticas públicas e intervenções comunitárias desempenham um papel fundamental. Ao fortalecer a APS, essas medidas melhoram o acesso aos cuidados de saúde básicos, previnem doenças e reduzem a necessidade de atendimento hospitalar (Cruz, 2016). Isso contribui para um sistema de saúde mais eficiente e centrado no paciente, onde os cuidados são fornecidos de forma mais abrangente e coordenada.

Além disso, a participação ativa da comunidade é um aspecto essencial das intervenções comunitárias. Ao envolver os membros da comunidade na identificação de problemas de saúde locais, no desenvolvimento de soluções e na implementação de programas, essas intervenções fortalecem o senso de responsabilidade e empoderamento das comunidades em relação à sua própria saúde (Santos, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, foi possível examinar os desafios enfrentados na promoção da equidade em saúde, bem como as oportunidades significativas para abordar essas disparidades por meio de políticas públicas e intervenções comunitárias.

É crucial reconhecer que a equidade em saúde não se limita apenas ao acesso igualitário aos serviços de saúde, mas também abrange a criação de condições sociais, econômicas e ambientais que promovam a saúde e o bem-estar de todos os membros da sociedade. Isso requer ações que abordem as causas subjacentes das desigualdades em saúde, incluindo determinantes sociais, econômicos e ambientais.

Além disso, é fundamental que as políticas e intervenções sejam baseadas em evidências e sensíveis às necessidades específicas das populações marginalizadas e vulneráveis. Isso pode envolver a implementação de programas que visem reduzir as disparidades socioeconômicas, melhorar o acesso a serviços de saúde culturalmente

apropriados e fortalecer os sistemas de apoio social.

As comunidades desempenham um papel vital na promoção da equidade em saúde, capacitando-se para se tornarem agentes de mudança em sua própria saúde. A participação ativa das comunidades na identificação de problemas de saúde locais, no desenvolvimento de soluções e na defesa por políticas que abordem suas necessidades é fundamental para criar um sistema de saúde mais justo e inclusivo.

Em suma, alcançar a equidade em saúde é um imperativo moral e social. Através do compromisso contínuo com a justiça social, a colaboração entre os setores e a participação comunitária, podemos trabalhar juntos para criar um futuro onde todos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo de saúde e bem-estar.

## REFERÊNCIAS

- André, Ayla Nóbrega; SANTOS, Brunna Patrício; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Potencialidades da participação social na atenção primária à saúde na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, v. 22, n. 2, p. e0016-e0016, 2022.
- Brasil. **Ministério da Saúde**. Portal Datasus – Indicadores operacionais do SUS. 2023.
- Celuppi, Ianka Cristina et al. **Sistema de agendamento online**: uma ferramenta do PEC e-SUS APS para facilitar o acesso à Atenção Primária no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2023-2034, 2021.
- Chagas, Luciana et al. Aspectos relacionados à promoção da justiça social, a redução de iniquidades e o combate a todas as formas de discriminação nas estratégias de ampliação do acesso a serviços de saúde em áreas remotas e/ou de vulnerabilidade. **APS em revista**, v. 2, n. 3, p. 260-266, 2020.
- Coelho, ANA et al. **Literacia em saúde**: capacitação equitativa para tomada de decisões promotoras de bem-estar e de saúde. In: Almeida CV, editor. *Ensaio sobre o conceito de literacia em saúde*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde/Ponte Editora; p. 75-78, 2022.
- Cruz, Perola Liciane Baptista; SAMPAIO, Sueli Fátima. As práticas terapêuticas não convencionais nos serviços de saúde: revisão integrativa. **Revista de APS**, v. 19, n. 3, 2016.
- Ercole, F. F; MELO, L. S; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, 2014.
- Facchini, L. A., Piccini, R. X., Tomasi, E., Thumé, E., Teixeira, V. A., & Silveira, D. S. (2006). **Desempenho do PSF no Sul e no Nordeste do Brasil**: avaliação institucional e epidemiológica da Atenção Básica à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 669-681.
- Macinko, J., & Harris, M. J. (2015). **Brazil's Family Health Strategy**: Delivering Community-

Based Primary Care in a Universal Health System. *New England Journal of Medicine*, 372(23), 2177-2181.

Malhotra et al. **Introdução a Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Malta, D. C., Felisbino-Mendes, M. S., Machado, Í. E., Passos, V. M. A., Abreu, D. M. X., Ishitani, L. H., ... & Silva, A. B. (2019). **Factors associated with insufficient physical activity**: results of the National Health Survey, Brazil, 2013. *Revista de saúde pública*, 53, 96.

Paim, J., Travassos, C., Almeida, C., Bahia, L., & Macinko, J. (2011). **O sistema de saúde brasileiro**: história, avanços e desafios. *The Lancet*, 377(9779), 1778-1797.

Rasella, D., Harhay, M. O., Pamponet, M. L., Aquino, R., & Barreto, M. L. (2016). **Impact of primary health care on mortality from heart and cerebrovascular diseases in Brazil**: a nationwide analysis of longitudinal data. *BMJ*, 349, g4014.

Santos, I. S., Bittencourt, S. A., Oliveira, G. D., Tavares, N. U., Silva, G. D., & Ribeiro, A. L. (2018). **Síndrome metabólica em pacientes da atenção primária à saúde no Brasil**: Estudo transversal PNAUM–Serviços. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(6), e00012317.

Schraiber, L. B., Gomes, R., Couto, M. T., & Hanada, H. (2019). **Violência e saúde**: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra as mulheres. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(1), e00110918.

Teixeira, Carmen Fontes; SANTOS, Jamilli Silva. **Desigualdades sociais e políticas de saúde**: conquistas, retrocessos e desafios. Capítulo 2. FARIA, Lina et al. *Formação profissional, acesso e desigualdades sociais no contexto pós-pandêmico*. Salvador: EDUFBA, p. 261, 2023.

Travassos, C., & Martins, M. (2004). **Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde**. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(suppl 2), S190-S198.

Viacava, F., & Bellido, J. G. (2016). **Condições de saúde, acesso a serviços e fontes de pagamento, segundo inquéritos domiciliares**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 351-370.

Victora, C. G., Aquino, E. M. L., Leal, M. do C., Monteiro, C. A., Barros, F. C., & Szwarcwald, C. L. (2011). **Saúde de mães e crianças no Brasil**: progressos e desafios. *The Lancet*, 377(9780), 1863-1876.

Vieira-Da-Silva, Ligia Maria; Almeida Filho, Naomar de. **Eqüidade em saúde**: uma análise crítica de conceitos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. suppl 2, p. s217-s226, 2009.

